

TERMO DE REFERÊNCIA**ANEXO II****INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - CAMPUS CASCAVEL****DISPENSA ELETRÔNICA****(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23411.002621/2022-13)****1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços preventivos e corretivos, sob demanda, de conservação de áreas (capina, roçagem, corte de grama, poda de árvores, jardinagem, recolhimento e destinação de resíduos) de propriedade e uso do IFPR Campus Cascavel.

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	METRAGEM/UNIDADE	DEMANDA	METRAGEM/QUANTIDADE TOTAL	PREÇO UNITÁRIO (M²/UNIDADE)	PREÇO TOTAL
1	Serviço de capina (arranquio) de mato de calçamento e áreas de passeio	Metro quadrado	5.841 m²	7	40.887 m²	R\$ 0,19	R\$ 7.768,53
2	Serviço de manutenção de Jardinagem e Paisagismo	Metro quadrado	54,70 m²	5	289 m2	R\$ 4,95	R\$ 1.430,55
3	Serviços compreendendo capina, roçada, corte de grama e limpeza do local com o ensacamento dos detritos, resíduos, folhas secas, etc)	metro quadrado	26.898,47 m²	7	188.290 m2	R\$ 0,19	R\$ 35.775,10
4	Serviços compreendendo poda e desbrota de árvores, arbustos e coroamento de mudas, árvores, plantas. Mensurado por unidades de árvores, arbustos, mudas, etc. Até 5 metros de altura	unidade	1 un	60	60	R\$ 81,17	R\$ 4.870,20
	TOTAL					R\$ 49.844,38	

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela acima.

1.4. A contratação será realizada por demanda, não sendo a Administração obrigada a contratar os serviços em sua totalidade.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade de contratação Direta por dispensa de Licitação, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e Art 48. da Lei 14.133/2021, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos no Termo de Referência;

5.1.2. Os valores de contratação serão definidos pelo tipo de licitação menor preço, conforme quantitativos;

5.2. As obrigações da Contratada e do Contratante são as previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 16 horas previamente agendado por meio do email: cascavel.compras@ifpr.edu.br.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação da Dispensa, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil.

6.3. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A execução do serviço ocorrerá durante a jornada de segunda a sexta-feira das 8h00 às 18h00. O horário de trabalho poderá ser alterado a pedido da contratante, caso esta detecte impactos desfavoráveis às aulas/atividades durante a jornada de trabalho.

7.1.2. Atividades que provoquem ruídos que possam causar qualquer tipo de desconforto sonoro, bem como o manuseio de substâncias de cheiro forte ou causadoras de desconforto ou reações alérgicas, deverão ser efetuadas após comunicado e acerto prévio junto ao fiscal/gestor do contrato;

7.1.3. Os serviços deverão ser prestados nos padrões técnicos recomendados e contar com quadro de pessoal operacional capacitado e em número suficiente proporcionais ao prazo de execução estabelecido.

7.1.6. A empresa deverá arcar com todas as despesas de materiais, transporte, estadia, alimentação, transporte, horas extras e encargos inerentes à mão-de-obra e de aquisição de materiais relativos à prestação dos serviços contratados.

7.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.2.1. Serviço de capina (arranquio) de mato de calçamento e áreas de passeio

7.2.1.1 O serviço consiste na remoção (arranquio) dos matos entre os calçamentos e pavers, com a remoção de vegetação dadinha e capim, se possível desde a sua raiz, de forma manual, ou utilizando equipamento que facilite o arranquio. Para este serviço não é permitido o uso de roçadeira em corte rente ao chão.

7.2.1.2 Para o calçamento externo fora do IFPR deve ser realizada a retirada do mato desde o meio fio e blocos intertravados (pavers).

7.2.1.3 A medição do serviço será executada em metro quadrado (M²) de área efetivamente capinada, conforme atestado pela FISCALIZAÇÃO. A fiscalização poderá na Ordem de Serviço já direcionar os locais efetivamente a serem inseridos no serviço, caso não haja necessidade de retirada de algum local. Para facilitar a medição por uma memória de cálculo de fácil comprovação e conferência, foram dimensionadas as áreas dos calçamentos abaixo:

MEDIDAS CALÇAMENTO PAVERS		
LOCALIZAÇÃO	M² (METRO QUADRADO)	OBSERVAÇÃO
Calçamento Externo (fora do IFPR)	1800	
Ginásio de Esportes (entorno)	306	
Bloco Administrativo (entorno)	479	Até o Ginásio
Calçada do Estacionamento 1 e 2 (entorno)	578	
Estacionamento 1 e 2 (novo)	2332	
Bloco Didático I (entorno)	231	
Bloco Didático II (entorno)	75	
Pergolado	40	
Metragem Calçadas Total	5.841 m²	

7.2.2. Serviço de manutenção de Jardinagem e Paisagismo

7.2.2.1 Os serviços abaixo serão realizados nos dois jardins do campus localizados no Bloco Administrativo:

- Limpeza em geral de todas as áreas de jardim, com a retirada de folhas, flores, galhos, ervas das capinações, copos plásticos, latas, sacolas plásticas, entulhos, restos de obra, detritos animais, papéis, entre outros detritos;
- Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos de árvores e arbustos;
- Corte da grama, se houver, que poderá ser diferenciado nos meses em que houver menor ou maior incidência de precipitação de chuvas;
- Controle de espécies invasoras ou de pragas;
- Limpeza do jardim após corte da grama, com destinação adequada dos resíduos;
- Coroamento de plantas com finalidade de promover o desenvolvimento;
- Manutenção dos canteiros de forma geral para manter o embelezamento do jardim;

7.2.3. Serviços compreendendo capina, roçada, corte de grama e limpeza do local com o ensacamento dos detritos, resíduos, folhas secas, etc

7.2.3.1 O serviço compreenderá:

- Capinação;
- Roçada;
- Coroamento em plantas;
- Cortes de gramados, incluindo recortes em passeios, canteiros, árvores e muros;
- Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- Rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;
- Coleta, remoção de lixo e destinação dos resíduos;

7.2.3.2 Capina é o serviço de remoção de vegetação daninha e capim desde a sua raiz, de forma manual, com uso das ferramentas enxada, forcado e pá quadrada, ou semelhantes. O uso de roçadeira em corte rente ao chão não substitui a capina, visto que na capina deve haver retirada das raízes. Após a capina com a enxada, a vegetação cortada e suas raízes devem ser separadas da terra com o forcado e removidas com a pá. O serviço de capina deverá ser realizado nos gramados.

7.2.3.3 O corte de grama deverá ser precedido da remoção manual de folhas, pedras, inços e ervas daninhas pela raiz. O corte de grama nunca deve ser realizado quando esta estiver molhada ou muito seca com escassez de chuvas. O corte de grama deve ser realizado com equipamentos sempre afiados. O ponto de corte deverá ser de 3cm para gramas sempre-verde e 2,5cm para gramas esmeralda. Deverá ser realizada a delimitação com capina manual ao redor de árvores, arbustos, canteiros, bordas dos prédios, muros, meio fios, etc.

7.2.3.4 Deverá ser realizado o coroamento de mudas, árvores e plantas, que consiste em manter limpa uma área circular em torno da planta, a fim de preservar a muda e garantir o seu crescimento.

7.2.4. Serviços compreendendo poda e desbrota de árvores, arbustos e coroamento de mudas, árvores, plantas. Mensurado por unidades de árvores, arbustos, mudas, etc. Até 5 metros de altura

a) Poda de levantamento: remoção de ramos e brotações inferiores, que atrapalhem a circulação sob a copa do exemplar arbóreo, sempre levando em consideração o modelo arquitetônico da espécie;

b) Poda de condução: remoção precoce de ramos, de forma racional para convivência com as interferências existentes (ex.: fiação, iluminação, fachadas, sinalização de trânsito, etc.). Isto é, direcionar o desenvolvimento da copa para os espaços disponíveis, sempre levando em consideração o modelo arquitetônico da espécie;

c) Poda de limpeza: remoção de ramos cruzados, necrosados, secos, senis, defeituosos, lascados, quebrados, ladrões, epicórmicos, doentes, com ataques de pragas ou ervas parasitas, comprometidos por problemas fitossanitários e brotos de raiz;

d) Poda de adequação: é a empregada para solucionar ou amenizar conflitos entre equipamentos urbanos, como rede aérea no interior da copa de árvores ou obstrução de sinalização de trânsito, câmera de monitoramento e a arborização existente e consolidada;

e) Poda de correção: remoção de ramos cruzados, codominantes e bifurcas em V com casco incluso e pontos de ruptura que complementem a estabilidade do exemplar arbóreo;

f) Poda emergência: remoção de partes da árvore que apresentam risco iminente de queda, podendo comprometer a integridade física das pessoas, do patrimônio público ou particular. Por exemplo, de ramos que se quebram durante a ocorrência de chuva, tempestade ou ventos fortes.

g) Remoção de vegetação parasita que comprometam a fitossanidade das árvores (ervas de passarinho (*Struthantus Flexicaulis*), figueira mata-pau (espécie hemiepífitas do gênero *Ficus* sp. que por desenvolvimento de suas raízes, provocam o estrangulamento do hospedeiro) e fios de ovos (*Cuscuta* sp.), entre outras);

7.3. A fiscalização poderá na Ordem de Serviço já direcionar os locais efetivamente a serem inseridos no serviço, caso não haja necessidade de retirada de algum local

7.4 Todos os serviços incluem a retirada dos resíduos gerados e sua destinação final.

7.5 A empresa contratada deverá operar com organização completa no gerenciamento, planejamento, coordenação, administração e execução das atividades, fornecendo todos os materiais de consumo, insumos, mão de obra, ferramentas, equipamentos/máquinas, EPI, EPC, uniformes e transportes necessários à execução dos serviços.

7.6 Todos os custos para realização dos serviços serão de responsabilidade da empresa contratada, incluindo remoção dos resíduos e destinação correta dos resíduos.

7.7 Não será objeto de medição a reexecução obrigatória de serviços que decorrerem de uma má realização anterior.

7.8. O local de execução dos serviços a ser realizado será na Avenida das Pombas, 2020 - Bairro Floresta - Cascavel/PR - 85814-800.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. A empresa contratada deverá transportar até o local de serviço todos os equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços de roçada/capina.

9.2. Ou seja, a contratante não disponibilizará local de guarda dos materiais, visto que se trata de execução por demanda, cabendo à contratada transportar os materiais até o local de serviço.

9.3. A empresa contratada deverá empregar equipamentos de boa qualidade e compostos de todos os acessórios de trabalho e proteção individual, visando a um melhor desempenho e segurança na execução do serviço.

9.4. A relação de equipamentos abaixo não é taxativa, sendo possível acrescentar outros de acordo a necessidade dos serviços:

- a) Cortador de grama
- b) Roçadeira
- c) Roçadeira direta
- d) Pá grande
- e) Enxada
- f) Enxadeco
- g) Facão

- h) Foice
- i) Fio de nylon
- j) Machado
- k) Tesouras de cortar grama/ de podar pequena e de cabo longo
- l) Serra manual
- m) Serrote de poda
- n) Rastelo
- o) Tela de proteção para corte de grama e jardinagem.

9.5. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que deverão ser fornecidos pela contratada aos seus funcionários devem estar em conformidade com o disposto na NR6 – Portaria nº 3214, de 8 de junho de 1978 do Ministério do Trabalho, principalmente nos riscos de acidentes que preceituam os serviços com roçadeiras, serras e em especial, à correta utilização dos EPI's (equipamentos de proteção individual), inclusive no uso de protetor solar pelos empregados.

9.6. Segue na listagem abaixo os componentes de EPI necessários à execução da contratação. A licitante tem liberdade para compor/alterar a listagem de forma a apresentar os resultados esperados e atender aos requisitos normativos, que este será o foco da fiscalização exercida pela CONTRATANTE:

- a) Botas;
- b) Luvas;
- c) Calça;
- d) Camisa;
- e) Protetor Respiratório semifacial (máscara);
- f) Protetor ocular (olhos);
- g) esporas
- h) Protetores auriculares;
- i) Capacete de proteção;
- j) Cinto de segurança;
- k) Rede de proteção
- l) protetor solar

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas

10.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento dos serviços, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, quando solicitado, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

11.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

11.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.19. Responsabilizar por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados/prepostos, durante o período de execução do serviço.

11.20. Responsabilizar-se por danos nas instalações físicas (janelas, esquadrias das edificações, telhados, placas de identificação ou outros eventuais danos nas instalações e arredores) ou veículos oficiais pertencentes à contratante por culpa ou dolo do funcionário da Contratada na execução dos serviços.

11.21 Responsabilizar-se por danos a veículos automotores de terceiros (comunidade acadêmica; colaboradores terceirizados, servidores públicos ou comunidade em geral) por culpa ou dolo do funcionário da Contratada na Execução dos Serviços.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. Não será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do Termo de Referência.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.10. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.11. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.2.1.. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.1.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

16.1.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.1.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.1.4.1. o prazo de validade;

16.1.4.2. a data da emissão;

16.1.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.1.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.1.4.5. o valor a pagar; e

16.1.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.1.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.1.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.1.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.1.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.1.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.1.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.1.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.1.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.1.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.1.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.1.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.1.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

16.1.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.1.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.1.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100)$

$I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%/365$

17. REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18. GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. Devido a execução dos serviços ser sob demanda.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As sanções estão previstas no item 8. do Aviso de Dispensa Eletrônica.

20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Aviso de Dispensa.

20.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no no Aviso de Dispensa .

20.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Aviso de Dispensa.

20.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

20.4.1. Valor por item/grupo

20.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

20.6. Outras regras da Dispensa Eletrônica estão estabelecidas no Aviso de Dispensa Eletrônica.

21. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo máximo estimado da contratação é de R\$ **49.844,38** (quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais, e trinta e oito centavos).

Elaborado conforme Estudos Preliminares por:

Elenice da Silva Carvalho

Seção de Compras e Contratos

Aprovado por:

Belquis Oliveira Meireles

Direção de Planejamento e Administração

Luiz Carlos Eckstein

Direção Geral do Campus



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CARLOS ECKSTEIN, Ordenador de Despesa**, em 16/03/2022, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BELQUIS OLIVEIRA MEIRELES, DIRETOR(a)**, em 17/03/2022, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1649100** e o código CRC **853E7331**.

Referência: Processo nº 23411.002621/2022-13

SEI nº 1649100

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | CASCAVEL/SECCON/IFPR/CASCAVEL-SECCON/CASCAVEL
Rua Emilio Bertolini, nº 54, Curitiba - PR | CEP CEP 82920-030 - Brasil